

RAÍSSA CAROLINE MACAU MENDES

OLIGARQUIA
SARNEÍSTA NO
MARANHÃO



Capa
Raíssa Caroline Macau Mendes

Imagem da Capa
Documentário “Maranhão 66” de Glauber Rocha

Diagramação
Raíssa Caroline Macau Mendes

Revisão
Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves

Este guia didático foi desenvolvido como produto do Mestrado Profissional em História, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves e com o financiamento da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Mendes, Raíssa Caroline Macau.

Oligarquia Sarneísta no Maranhão / Raíssa Caroline Macau Mendes. – São Luís, 2020.

41 f.

Produto Educacional da Dissertação O ensino de História do Maranhão na educação básica: a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola municipal “UEB Luís Viana”.

Orientação da Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

1. Ensino de História. 2. História do Maranhão. 3. Oligarquia Sarneísta. I. Título

CDU 94(812.1)(075.2)

Elaborado por Laísa Sousa Barros - CRB 13/657



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



*"Durante o meu mandato a história se
contorceu, mas a democracia não murchou na
minha mão."*

José Sarney

APRESENTAÇÃO

Caro professor/ cara professora,

Este material paradidático foi elaborado para você!

Uma das principais justificativas para a elaboração deste produto é a ausência de materiais em torno da temática do Maranhão Contemporâneo, sobretudo o que diz respeito a Oligarquia Sarneísta. É importante mencionar, que os documentos educacionais atuais exigem a abordagem da História Local e, conseqüentemente, a utilização de materiais extras paralelos ao livro didático abordado.

Nesse sentido, a proposta deste material é abordar temas importantes sobre a Oligarquia Sarneísta, principalmente na figura de José Sarney, que foi o percussor de tal movimento político e é o fio condutor da política realizada por tal grupo no Maranhão e fora dele. Além disso, a inquietação para tal elaboração foi pela necessidade de trabalhos que investigue mais sobre o Maranhão no período da Ditadura Empresarial-Militar e os reflexos posteriores a tal contexto.

Assim, este material vem para somar nos estudos históricos realizados em sala de aula, sendo um apoio aos docentes na elaboração das aulas de História sobre o Maranhão Contemporâneo, tendo em vista a importância dos materiais de auxílio e aporte nas dinâmicas sequenciais das aulas. Em tese, este material vem para demarcar a importância dos estudos do Maranhão nas aulas de História e gerar o interesse nos alunos em conhecer e aprender sobre um dos processos políticos mais emblemáticos no território maranhense: a Oligarquia Sarneísta.

Aproveite ao máximo!

Boa leitura!

A Autora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	5
Capítulo 1. “E então surge a figura de José Sarney”: os primórdios da formação oligarca Sarneísta no Maranhão	6
1.1 Transição política oligarca: do Vitorinismo ao Sarneísmo	6
Capítulo 2. A herança política em foco: breves comentários sobre governo Roseana Sarney no Maranhão	18
2.1 “Novo Tempo” em perspectiva: as continuidades do governo estadual de José Sarney na gestão de Roseana Sarney	18
Capítulo 3. Sugestões pedagógicas em sala de aula: o Ensino de História do Maranhão no ensino básico	21
3.1 As novas proposições educacionais: a BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense em foco	21
3.2 Procedimentos metodológicos nas aulas de História do Maranhão em sala de aula	26
Referências Bibliográficas	35
GLOSSÁRIO	38

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX é marcada pelos golpes de Estado na América Latina, e o Brasil se insere nessa perspectiva. Estudar e pesquisar sobre essa temática é questionar as contradições nos aspectos políticos e econômicos elencados com o autoritarismo e questões da classe burguesa no que tange ao capital financeiro e aos governos hegemônicos.

O golpe Empresarial-Militar brasileiro em 1964 desdobrou-se em novos parâmetros políticos, envolvendo alinhamento governamental e poderio de grupos regionais fortes. No Maranhão, as práticas oligárquicas de grupos estadistas são importantes devido à forte coligação da capital com os municípios interiorianos. A principal oligarquia atuante no estado maranhense foi e é a Sarneísta.

A principal figura em torno dessa oligarquia é José Sarney. Com muitas questões em torno de Sarney, a central é a forma como foi consolidado ao longo de 50 anos seu poderio político e econômico no estado maranhense. A importância do Sarneísmo no Maranhão está diretamente ligada ao *modus operandi* do seu grupo no cenário regional e nacional, como também às alianças políticas com setores do empresariado, aparelhos privados de hegemonia e os militares. Cabe reforçar que o apoio dos generais presentes foi crucial na vitória eleitoral e posse de Sarney, pautada no discurso do “Maranhão Novo”.

Assim, a importância de conhecer tal processo político é de grande relevância, pois faz parte da História maranhense e está presente até os dias atuais, ou seja, os governos consolidados, as influências nos diversos setores sociais e as permanências na memória coletiva e os desafios nos estudos sobre o Maranhão no ensino básico.

Capítulo 1. “E então surge a figura de José Sarney”: os primórdios da formação oligarca Sarneísta no Maranhão

A herança política e administrativa que nos legam as administrações anteriores, a paisagem econômica e social com que nos deparamos não convidariam, por certo, ao otimismo; sem exagero podemos afirmar: essa herança e essa paisagem têm muito de desolador e chega a estarrecer ver como puderam a imprevidência e a falta de compreensão dos deveres políticos, e tantos outros vícios, conduzir Terra tão promissora e tão magnífico povo às vésperas do desastre. José Sarney, discurso de posse ao cargo de governador no Maranhão, em 31 de janeiro de 1966.

O Maranhão se caracteriza pela permanência de grupos familiares tradicionais no corpo político, o mais conhecido e discutido é o pertencente à família Sarney, representado pela figura do seu principal chefe, José Sarney. O início dessa peculiar família oligarca se dá a partir da vitória eleitoral de José Sarney ao governo do Estado em 1965, inaugurando a era Sarneísta, que duraria 50 anos no Maranhão, em tese.

O primeiro passo para a transição de uma oligarquia para outra está na ruptura das práticas políticas ditas “atrasadas”, para a entrada da “modernização”, isto é, o Maranhão tinha que estar pautado nos ditames das dinâmicas federais em relação à abertura ao projeto de desenvolvimento nos setores da política econômica e administrativa.

Nesse sentido, o apoio dos militares e dos empresários ao candidato José Sarney combateria o vitorinismo e alinharia o governo maranhense às dinâmicas da Ditadura Empresarial-Militar, quer dizer, os estados federativos precisavam de governadores apoiadores ao processo ditatorial e, assim, consolidar o regime e gerar apoios nos estados.

1.1 Transição política oligarca: do Vitorinismo ao Sarneísmo

A figura emblemática de José Sarney na História do Maranhão é significativa para o entendimento da política, da economia, da sociedade, da cultura e da educação maranhense a partir da segunda metade do século XX até a atualidade.

Antes da hegemonia política de Sarney no território maranhense, outra figura central atuou no Maranhão: Vitorino Freire.

Ao longo da década de 1940 e 1950, chegando ao fim na primeira metade da década de 1960, se estabelece uma **oligarquia** – Vitorinista – com forte poder político no Maranhão. Vitorino Freire, como principal representante desse poder político, detinha uma importância considerável nas dinâmicas políticas maranhenses no que tange ao fortalecimento das organizações oficiais ligadas ao governo.

Porém, o que foi a Oligarquia Vitorinista? Foi uma oligarquia que atuou no Maranhão durante 20 anos (1945-1965) por influência de Vitorino Freire, apesar de nunca ter sido governador do Maranhão. “Foi um coronelismo, por propender sempre a controlar o poder político por meio de exercício de um mandonismo sobre formas superestruturais do sistema de poder do Estado” (CALDEIRA *apud* PEREIRA, 2008, p. 25). Oligarquia marcada por fortes fraudes eleitorais. Sintetizando as bases do Vitorinismo:

A **oligarquia** é um fenômeno presente em governos em que a organização política é estabelecida por poucos e por setores sociais específicos: político e privado, além da permanência de famílias e grupos governamentais por um período considerável na administração política e econômica.

Organograma 1. Bases do Vitorinismo



Fonte: Elaboração Própria.

A partir da década de 1960, as práticas políticas e administrativas da oligarquia vitorinista se desgastam pelos índices significativos de fraudes eleitorais em prol do favorecimento de membros aliados a Freire em torno das formações políticas e na composição dos cargos executivos no Maranhão. Muitos novos políticos começam a questionar as posturas políticas de Vitorino Freire e seu grupo em relação aos procedimentos ligados aos governos e

Você Sabia?

As *Oposições Coligadas* foi um grupo político em oposição à Oligarquia Vitorinista em que defendiam a ideia de uma reformulação política e administrativa. Representavam o movimento político progressivo em ascensão. O posicionamento do novo grupo político relacionava projetos governamentais em torno da administração, da infraestrutura e das questões econômicas, além da articulação intuitiva em relação à inovação política maranhense, isto é, segundo Wagner Costa (2001), um projeto progressista, libertário e de “salvação” para a sociedade maranhense. Principal figura desse movimento foi José Sarney.

posições de alinhamento político, ocasionando, posteriormente, uma organização e constituição de um novo grupo político: a futura oligarquia de José Sarney.

Nessa lógica, as estruturas das oligarquias se fortalecem por alianças e favorecimento por parte de políticos atuantes nos municípios maranhense, assim como o consentimento dos governadores no Maranhão diante aos aliados de recursos financeiros e políticos. Por isso, uma transição considerável de administradores que passaram pela oligarquia de Vitorino Freire se tornará partidários de José Sarney.



Fonte: Vitorino Freire. <<https://portalgaditas.com.br/wpcontent/uploads/2015/06/VitorinoFreire.jpg>>. Acesso em 11/02/2020.

Quem foi Vitorino Freire?

Vitorino de Brito Freire nasceu na fazenda Laje da Raposa, em Pedra (PE), no dia 28 de novembro de 1908, filho de Vitorino José Freire, proprietário rural e pecuarista, e de Ana de Brito Freire. No início de 1945, com o enfraquecimento do Estado Novo, os partidos políticos se reorganizaram em termos nacionais com vistas às próximas eleições para a presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte. Seguindo para o Maranhão, Vitorino foi um dos organizadores do novo PSD naquele estado. Passou em seguida a promover a candidatura oficial de Eurico Dutra à presidência da República e a liderar a oposição a Paulo Ramos, contrário a esse candidato. Percursor da Oligarquia que levava seu nome: Vitorinista foi umas figuras políticas mais importantes no estado maranhense. Apoiou o Golpe de Estado de 1964, mas sofreu dura derrota com a vitória eleitoral de José Sarney, oposição. Resumindo: 1945, chega ao Maranhão; um dos organizadores e líder do PSD (Partido Social Democrático) no Maranhão; Deputado Federal (1946-1947) e Senador (1947-1971). **Fonte: Verbetes Vitorino Freire** <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vitorino-de-brito-freire>. Acesso em 11/02/2020.

A abertura para novos ordenamentos políticos e novas práticas de relações de poder se abriu para a formação de um jovem corpo político e que, posteriormente, tornar-se-ia a maior coligação política e de paradigma fortificado que duraria 50 anos no Maranhão. O discurso do novo e o fim das velhas práticas políticas era a principal discussão da chamada **Oposições Coligadas**, oposição aos parâmetros políticos e administrativos do vitorinismo (BUZAR, 2001).

O cenário estava formado e o fim da oligarquia vitorinista era uma perspectiva mais concreta com as disputas de poderes na representação da **Oposições Coligadas**. Diante disso, o cenário nacional se tornava propício para tais ações, além do panorama de alinhamento político no Maranhão em relação às dinâmicas nacionais, sendo umas das principais discussões sobre a entrada do principal representante oposicionista: **José Sarney** e os diversos sustentáculos políticos com os intelectuais maranhenses, como exemplo, o poeta Bandeira Tribuzzi, importantíssimo em diversas aplicações e decisões administrativas nos primeiros anos do governo de Sarney.

Segundo Maria de Fátima Gonçalves (2000), a partir de 1966, as primeiras medidas de “reorganização” administrativa se dão no Maranhão por meio das institucionalizações de medidas administrativas; leis e agências responsáveis pela manutenção de ações governamentais nos setores políticos e econômicos, sendo pioneira a criação de uma Superintendência estadual específica

no estado (**SUDEMA**), e o apoio de alinhados nos setores civis, como empresários e intelectuais atuantes no Maranhão.

O discurso de José Sarney estava diretamente ligado “aos novos céus” no Maranhão, as propostas de campanha não estiveram presentes somente no período de eleição, mas se perpetuaram durante todo o governo e os **aparelhos privados de hegemonia**, no caso os jornais, faziam questão de apresentar um bom desempenho governamental de Sarney.

Política de governo da administração de José Sarney que consistia a mudança nos setores administrativos, políticos e econômicos no Maranhão, que vinha de oligarquia caracterizada pelos altos índices de fraudes e corrupções (Vitorinismo).

A incorporação do “**Maranhão Novo**” nas práticas políticas configura novos procedimentos adotados pelo governo maranhense na gestão de Sarney. Uma das principais movimentações do novo governo se relaciona à entrada de investimentos capitalistas na pretensão de “retirada” do Maranhão dos níveis de subdesenvolvimentismo. O discurso de José Sarney tinha por cerne o caráter modernizador aos moldes conservadores e era um dos pioneiros aspectos governamentais para o alcance das perspectivas de desenvolvimento político, econômico e social.

À vista disso, o “Maranhão Novo”, em tese, representava um moderno aspecto de governabilidade de Sarney, oportunizando um novo paradigma de construção de uma nova prerrogativa em alinhamento entre Estado, capital privado e centralização de poder, o que mais tarde seria a elaboração do “Milagre Maranhense”, projeto esse que consentiu a entrada de investimentos estrangeiros ao Maranhão, ou seja, política que se caracterizou pelo desenvolvimentismo imediato e a modernização a curto prazo e “eficácia” nas políticas de administração e infraestrutura.

Ademais, foi essencial a estruturação de medidas e organização de ações governamentais para que a efetivação do “Maranhão Novo” fosse hegemônica, a exemplo disso, a criação de fiscalização administrativa e leis que estruturavam as disparidades entre governo e sociedade civil (representado pelo empresariado local e nacional) acabou por ser uma das primeiras providências de Sarney e sua equipe.

Entendendo conceitos...

APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA: Numa perspectiva da matriz marxista gramsciana, são entidades que estão voltadas a disseminar ideias com obtenção da hegemonia, ou seja, responsáveis pelo consenso em torno de um projeto que pode vir ser hegemônico.

Um pouco da História Maranhense...

O que é “**Milagre Maranhense**”? Política de cunho econômico e infraestrutural, interligado ao “Maranhão Novo”, que visava a ampliação de investimentos nacionais e estrangeiros, abrindo para o capital multinacional. Além disso, teve grande importância na implantação de projetos no Maranhão, como também, abertura aos paradigmas de administração política atuantes em diversos setores organizativos maranhenses.

1.2 Hegemonia Política de José Sarney: o projeto “Maranhão Novo”

A perspectiva de desenvolvimentismo no Estado se deu a partir da inauguração, desde a campanha eleitoral, do “Maranhão Novo”. O intuito dos **intelectuais orgânicos** envolvidos nesse projeto era a idealização de uma vinculação com o governo federal em relação aos investimentos, haja vista o apoio direto da **Ditadura Empresarial-Militar** nas projeções do desenvolvimento rural e infraestrutural.

Os investimentos estavam diretamente ligados às novas possibilidades de “alavanco” da economia maranhense, isto é, o Maranhão precisava passar por mudanças nas estruturas administrativas para o ganho de credibilidade dos investidores capitalistas, sobretudo, os estrangeiros. Para isso, a necessidade de trazer investimentos e atrair empresas multinacionais era a principal função dos intelectuais na tramitação dos projetos de retirada do Maranhão dos baixos índices econômicos e sociais, e trazendo novas oportunidades de ampliação das políticas modernizadoras.

Entendendo conceitos...

Sobre as interpretações sobre o golpe e o Regime.

- Golpe e Ditadura Militar;
- Golpe Civil-Militar e Ditadura Militar;
- Golpe e Ditadura Civil-Militar;
- Golpe e Ditadura Empresarial-Militar.

Historiadores e pesquisadores do período ditatorial brasileiro discutem fatores que levaram a tal ação.

O Golpe e Ditadura foram articulados pela alta patente militar e os civis, mais precisamente na figura dos empresários, sendo de caráter classista do golpe. Além disso, é uma corrente revisionista do golpe com base na matriz marxista. Para saber mais, ver: DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

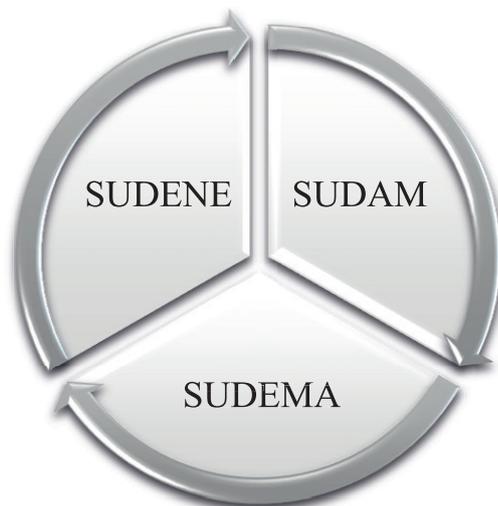
As **dissensões** são gestadas no campo intelectual pelos formuladores da política de desenvolvimentos e dizem respeito, principalmente, às posições que assumem no planejamento regional, os setores da produção, notadamente, os chamados setores **primários e secundário** no contexto do projeto chamado “**Maranhão Novo**” (GONÇALVES, 2000, p. 154, **grifos da autora**).

Nesse caso, pensar os atuais benefícios de investimento era algo estritamente importante nos recentes padrões para o Maranhão, pois a modernização era um fator primordial para inserção das políticas federais e internacionais. Por conseguinte, anexo aos procedimentos do “Maranhão Novo”, foi criada a política do “Milagre Maranhense”, diretamente associada à organização econômica e infraestrutural do Estado, que abria expectativa de investimentos em diversos setores econômicos: da industrialização à agroindustrialização.

Diante disso, o “Milagre Maranhense” tinha como premissa as relações econômicas em consonância aos planos econômicos, que envolviam as Superintendências de Desenvolvimento e o capital financeiro e multinacional, promovendo a ação estatal juntamente com a burguesia empresarial (ligados às Superintendências) para a visibilidade de tramitação

em diversos projetos políticos e econômicos presente no estado maranhense. Quem eram as Superintendências de Desenvolvimento atuantes no Maranhão?

Organograma 2. Superintendências de Desenvolvimento atuantes no Maranhão



Fonte: Elaboração Própria.

1. **SUDENE:** Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Tinha como principal cerne o desenvolvimento e investimento nos setores da industrialização e infraestrutura, mas enfatizava, também, nos setores da agroindustrialização;
2. **SUDAM:** Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Estava interligada à Amazônia Legal e tinha como principal meta o avanço no setor da agroindustrialização;
3. **SUDEMA:** Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão. Específica ao Maranhão; de natureza autárquica, tinha como objetivo de planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, visando o

Um pouco da documentação...

“Um Novo Maranhão”

Há **uma atmosfera nova no Maranhão**. São Luís vai acordar de um longo sonho para integrar-se de corpo e alma no processo de desenvolvimento do Norte/Nordeste. As recentes eleições diretas levaram o aristocrático e abandonado Palácio dos Leões um novo governante. Gente nova com idéias novas, derrubando uma situação política que há vinte anos dominava o mais **potencialmente rico estado nordestino**. [...] São palavras de fé que traduzem o verdadeiro significado de mudança iniciada em nossa Terra pelos eleitores no pleito livre e limpo de outubro de 65, a que prossegue desde 31 de janeiro, com a administração do governo José Sarney [...] (*O Dia*, 11/06/1966, p. 03, **grifos nossos**).

O posicionamento dos jornais no período de governo Sarney era de alinhamento político e a favor dos trâmites governamentais. Os principais jornais que destacavam tais proposições eram *O Imparcial e O Dia* (atual O Estado do Maranhão).

Em tese, as divulgações dos aparelhos privados de hegemonia (jornais) destacam a funcionalidade dual entre Estado e Sociedade, apresentando indícios de apoio e reverência ao novo governador. A exemplo disso, como citado acima, a visível a concordância frente às novas medidas governamentais.

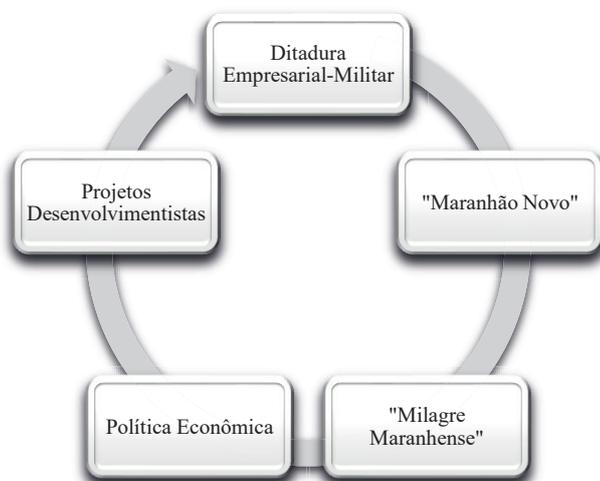
âmbito da administração centralizada e descentralizada, além de organizar e distribuir os investimentos vindos da SUDENE e SUDAM.

Em torno dos projetos das Superintendências, SUDENE, SUDAM e SUDEMA, tinham como principal meta o desenvolvimentismo regional, ou seja, colocar o Maranhão em patamares de desenvolvimento imediato e competitivo, sendo umas das metas do “Maranhão Novo” a concretização do “Milagre Maranhense”. O Estado precisava apresentar bons desempenhos estatísticos, boa infraestrutura e “celeiro bom” para investimentos de empresas multinacionais, por isso, a necessidade de desenvolvimento da infraestrutura em diversos setores e cidades maranhenses, sobretudo na capital: São Luís.

Em aspectos gerais, a base para os investimentos infraestruturais se configurava em bases sólidas que o Estado construía. Em primeiro lugar, a aliança do Maranhão com grupo alinhado da Ditadura Empresarial-Militar (sustentava toda uma estrutura aos moldes conservadores). Em segundo plano, os investimentos do capital como forma de legitimar e assegurar os capitais vindo do governo federal, por meio da SUDENE e SUDAM, e o capital multinacional, pelas empresas privadas estrangeiras no setor agroindustrial.

E, por último, os projetos ligados diretamente na modernização infraestrutural da capital e algumas cidades polos do Maranhão. A exemplo disso, a construção da Ponte José Sarney (inaugurada em 1970), marco da política do “Maranhão Novo”, representava as novas perspectivas no Estado maranhense.

Organograma 3. Configuração da Política Econômica no Maranhão em tempos de Sarneísmo



Fonte: Elaboração Própria.

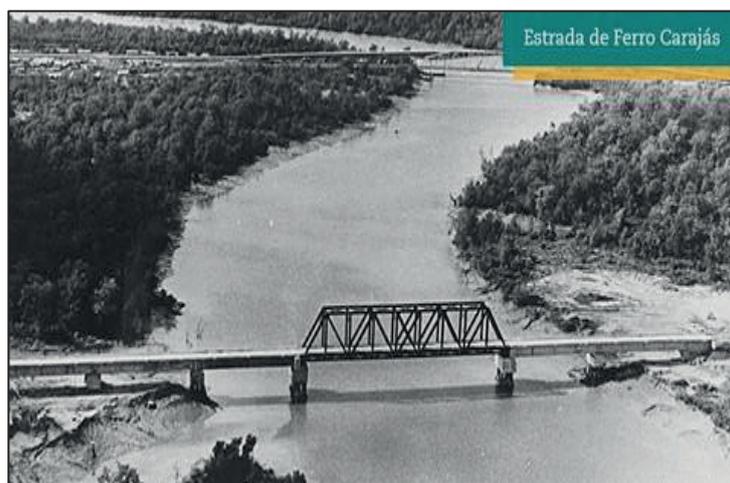
Um pouco da História Maranhense...

Lei de Terras de 1969 ou Lei Sarney de Terras: Lei nº 2.979, aprovada em 17 de Julho de 1969, e regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969. Promoveu subsídios para a consolidação do latifúndio no Maranhão. Tinha estreita ligação com a SUDEMA e proporcionou abertura ao grande empresariado rural, além de fazer parte da política desenvolvimentista do “Milagre Maranhense”.

Isto posto, os projetos infraestruturais inseridos no “Milagre Maranhense” eram aqueles que desempenhavam um papel na modernização imediata, ou seja, era preciso que o Maranhão estivesse em consonância aos processos capitalistas nacionais e internacionais para o bom desempenho econômico nas transações de capitais por meio dos projetos hegemônicos. Os principais investimentos estavam na construção de pontes, estradas e portos.

Boa parte do capital foi destinado às construções da Estrada de Ferro Carajás, Porto do Itaqui e a Ponte José Sarney. Esses projetos estavam diretamente ligados ao “Milagre Maranhense”, porém a Estrada de Ferro e o Porto foram executados posterior ao governo de José Sarney, apenas a Ponte havia sido feita e inaugurada na vigência governamental, em fevereiro de 1970 (inauguração), sendo o marco do desenvolvimentismo no governo Sarney.

Imagem 1. Estrada de Ferro Carajás na década de 1970



Fonte: 50 anos de Carajás. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/50-anos-de-carajas-viagem-duas-primeiras-decadas-projeto.aspx>. Acesso em 11/02/2020.

O Projeto Grande Carajás havia sido planejado durante o governo de Sarney, porém foi executado no governo de João Castelo (1979-1982). Esse planejamento tinha como principal objetivo a expansão da entrada do capital estrangeiro ao Maranhão e, assim, a abertura das obras infraestruturais que expandiram novas possibilidades de investimentos, além da atuação direta do governo federal por meio das Superintendências, haja vista o interesse da classe dominante em prol de ações e diálogo econômico com o capital financeiro estrangeiro.

Além do mais, muitas empresas estatais e estrangeiras, como por exemplo a antiga CVRD (antiga empresa estatal) que é a atual Vale S/A (atual multinacional privada), tinham envolvimento com a construção da Estrada de Ferro, pois era necessário interligar dois estados brasileiros (Maranhão e Pará) com as maiores produções de minério de ferro e, assim, a importação e exportação a níveis nacionais e internacionais se tornava concreto e expansivo. Contudo, a aplicação do capital legitimava o poderio do governo estadual de Sarney, isto é, o

projeto do “Milagre Maranhense” se tornava hegemônico em suas projeções governamentais e privadas.

Imagem 2. Porto do Itaqui



Fonte: Organização estrutural do Porto do Itaqui. Disponível em: <http://www.portosma.com.br/ponto%20de%20vista/index.php>. Acesso em 11/02/2020.

No caso do Porto do Itaqui, era necessário ter um Porto de escoamento de importações e exportações no estado. De modo igual, a construção de tal feito demonstrava que o governo José Sarney era forte e a consolidação da oligarquia era mais evidente. A importância da edificação portuária representava um investimento infraestrutural de peso e apresentava o Maranhão como um “estado celeiro” para investimentos. Cabe-se ressaltar que nos dias atuais, via EMAP (Empresa Maranhense de Administração Portuária), esse Porto é pertencente ao governo do estado maranhense, representando uma perspectiva de continuidade, tendo em vista o escoamento da principal fonte agrícola do Maranhão: a soja no sul do estado (PDZ, 2012).

Imagem 3. Ponte José Sarney na inauguração em 1970



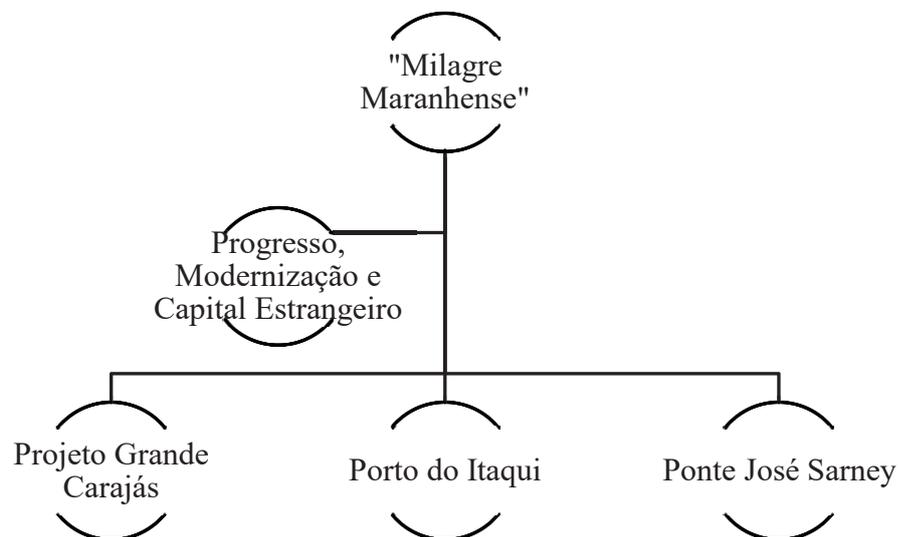
Fonte: “Ponte da Esperança”: o desenvolvimento do outro lado do Rio Anil. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/02/01/ponte-da-esperanca-o-desenvolvimento-do-outro-lado-do-rio-anil/>. Acesso em 11/02/2020.

Já o caso da ponte José Sarney, representou a “entrada” de uma nova “era” no Maranhão. Com a política econômica do “Milagre Maranhense”, as construções infraestruturais se tornavam essenciais no âmbito do planejamento de governo. Diante disso, a ideia da edificação da ponte significava a expansão de São Luís do centro para fora, dando o início à ampliação e criação de novos bairros da capital na década de 1970.

A idealização de novos bairros apresentava uma perspectiva de renovação e, conseqüentemente, a hegemonia de um projeto desenvolvimentista frente às capitais mais desenvolvidas no Centro-Sul. Dessa forma, o governo Sarney se expandia e se tornava hegemônico, no ponto de vista das construções infraestruturais, pois tinha como ideal trazer a modernização ao estado e a equiparação aos estados mais bem desenvolvidos brasileiros. Quanto mais monumentos eram construídos, mais a possibilidade de chamar a atenção do capital estrangeiro e financeiro se tornava certo.

Por conseguinte, o “Milagre Maranhense” se moldava aos novos paradigmas do sistema capitalista, quer dizer, a equipe governamental de José Sarney articulava para que houvesse um tal milagre, no discurso de “terras boas para investimento” e, com isso, era necessário a modernização da cidade como todo e o discurso de Sarney de “progresso” se tornava, mais uma vez, hegemônico e condizente.

Organograma 4. Configuração da Política do “Milagre Maranhense”



Fonte: Elaboração Própria.

Em tese, a estrutura do “Milagre Maranhense”, dentro macro projeto do “Maranhão Novo”, desempenhou o papel fundamental nas relações econômicas no Maranhão: 1) atração de investimentos do capital financeiro e estrangeiro; 2) projeção infraestrutural no estado

maranhense e 3) materialização do discurso do progresso, modernização e de “novos tempos” ao Maranhão, o que causaria, mais tarde, a duração do Sarneísmo durante 50 anos.

O “Maranhão Novo” ganha proporção considerável nos aspectos políticos, econômicos e sociais, ou seja, o projeto ideológico de José Sarney, desde a campanha eleitoral, tornou-se hegemônico e se perpetuou durante anos, 50 anos mais precisamente, no qual gerou visibilidade à entrada de capital no estado do Maranhão, além de garantir prestígio ao líder oligarca. É interessante mencionar que as características do “Maranhão Novo” estão diretamente ligadas à modernização imediata, investimentos infraestruturais e industriais e às ações na modificação estrutural administrativa.

Imagem 4. José Sarney no gabinete governamental no Maranhão



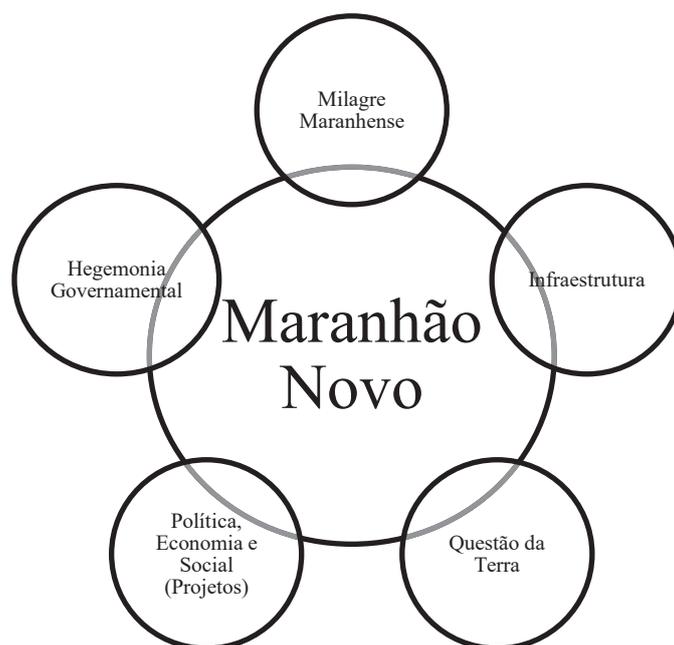
Fonte: José Sarney. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,jose-sarney,537,0.htm>. Acesso em 11/02/2020.

Quem é José Sarney?

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro (MA) em 24 de abril de 1930, filho de Sarney de Araújo Costa e de Kiola Ferreira de Araújo Costa. Em 1965 adotou legalmente o nome de José Sarney Costa, do qual já se utilizava para fins eleitorais desde 1958, por ser conhecido como “Zé do Sarney”, isto é, José, filho de Sarney. No início da década de 1960, participou das primeiras articulações do autointitulado movimento renovador da UDN, identificado pela estreita vinculação com a candidatura, afinal vitoriosa, de Jânio Quadros às eleições presidenciais de outubro de 1960. Uma das principais figuras na política brasileira na contemporaneidade. Deputado Federal: 1956, 1957 e 1956-1966; Governador/MA: 1966-1970; Senador/MA: 1971-1985; Presidente da República: 1986-1990; Senador/AP: 1991-2013. Ingressa à Academia Maranhense de Letras. Partidos Políticos: PSD, UDN, ARENA, PSD e PMDB. **Fonte:** CPDOC/FGV. Verbete José Sarney.

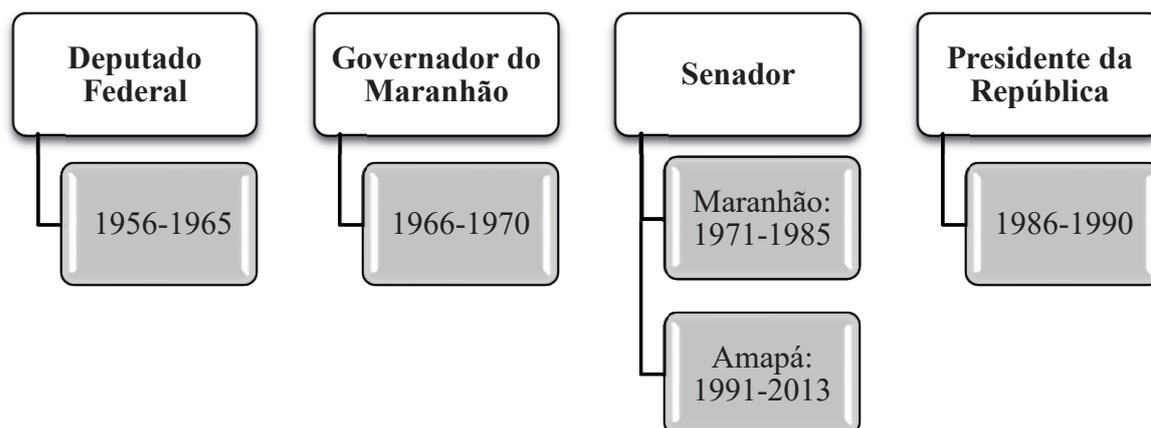
Resumindo a Política do “Maranhão Novo” na gestão de José Sarney e posterior a ela:

Organograma 5. Configuração Política e Econômica do “Maranhão Novo”



Fonte: Elaboração Própria.

Organograma 6. Trajetória Política de José Sarney



Fonte: CPDOC/FGV, Verbete José Sarney. Elaboração Própria.

Capítulo 2. A herança política em foco: breves comentários sobre governo Roseana Sarney no Maranhão

O maior empreendimento e influência de Sarney na política maranhense, pode ser identificado no momento que sua filha biológica e herdeira política, Roseana Sarney, assume o maior cargo estadual, por duas vezes, no final da década de 1990. Segundo Maria de Fátima Gonçalves (2006), a caracterização do Maranhão se dá por uma dinastia política poderosa que se perpetua por muito tempo e com influência e ramificações consideradas no ramo político maranhense. “Acrescento que José Sarney toma os laços pessoais (a *gene*) como critério de reinvenção de um projeto de política regional (*deme*), fundamento do *Maranhão Dinástico*. É perceptível o trânsito de José Sarney pelo campo político e pelo campo intelectual” (GONÇALVES, 2006, p. 56).

2.1 “Novo Tempo” em perspectiva: as continuidades do governo estadual de José Sarney na gestão de Roseana Sarney

Nos anos de 1990, José Sarney deixa sua marca como grande influência política, a partir da consolidação de sua filha biológica e política no cenário político maranhense. Roseana Sarney foi governadora do Maranhão em três mandatos, dois deles na década de 1990, os quais traziam como slogan “Novo Tempo” – retornando as ideias de Sarney do “Maranhão Novo” – e o terceiro na primeira década do século XXI –que assumiu por sentença judicial via Supremo Tribunal Eleitoral em 2006.

Segundo Wagner Costa (1997), os novos paradigmas de Roseana Sarney estavam relacionados às novas políticas econômicas interligadas ao neoliberalismo, trazendo como uma de suas ideias a educação em curto prazo. Nesse sentido, a ideia da oligarca, que apresentava o mesmo discurso do seu pai, era colocar o Maranhão em patamares altos frente aos estados do Centro-Sul, remetendo, novamente, as possibilidades administrativas e retorno às políticas do “Maranhão Novo”.

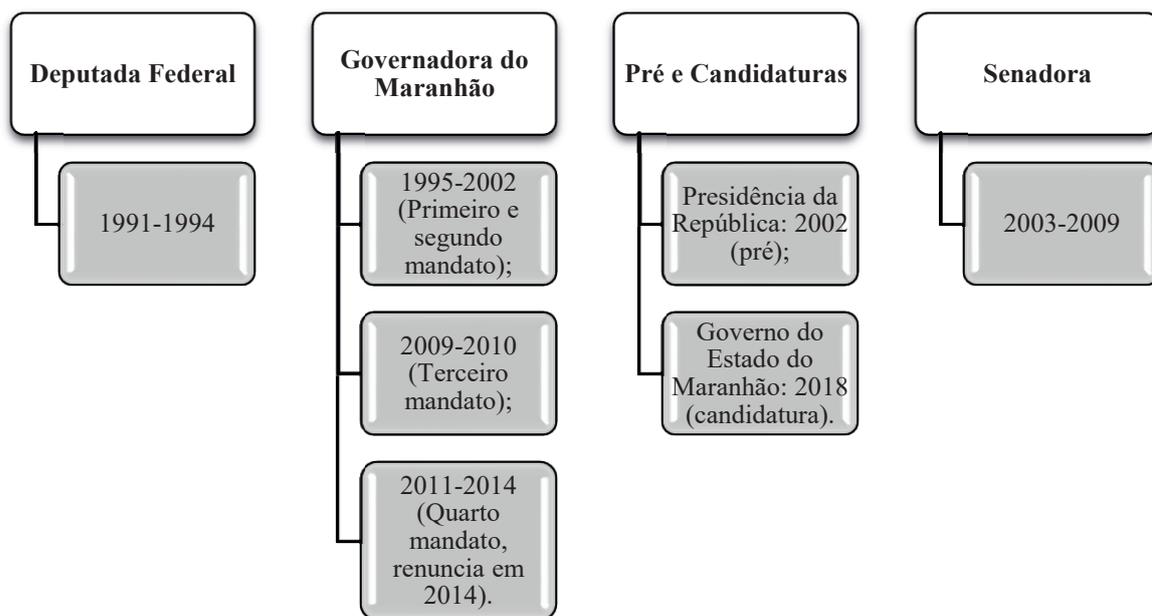
Um pouco da História maranhense...

Com as disputas políticas acirradas e o poderio da Oligarquia Sarneísta muito forte no Maranhão, as eleições no ano de 2006, ao governo do Estado, entre Roseana Sarney (PMDB-MA) e Jackson Lago (PDT-MA) (uma das principais oposições ao Sarneísmo), Lago sai vencedor na disputa. No entanto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassa o mandato de Jackson Lago e, conseqüentemente, o cargo é repassado à Roseana Sarney, segunda colocada, a posse do governo do Estado do Maranhão. A acusação de Jackson Lago feita pelo TSE estava em torno de abuso de poder, principalmente em setores ligados ao orçamento público e a créditos suplementares. **Fonte:** “TSE confirma cassação de Jackson Lago”. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/tse-confirma-cassacao-de-jackson-lago/>. Acesso em: 24 de Junho de 2019.

A consolidação do Sarneísmo se intensifica nos anos posteriores e isso gerou o monopólio político do seu grupo e, conseqüentemente, a hegemonia da oligarquia. Nesse sentido, a vitória eleitoral de Roseana Sarney ao governo do estado maranhense fortaleceu o grupo e as promulgações dos projetos elaborados desde o governo de José Sarney, destacando o estímulo em diversas ações nos setores da política econômica, como também no meio social.

Roseana Sarney tinha como principal meta a ampliação dos projetos articulados por seu pai. Isso ocorreria por meio do “Maranhão Novo” e a consolidação do “Novo Tempo” para a manutenção de aliados no governo do estado, além da hegemonia política, econômica e social da Oligarquia Sarneísta. Nesse sentido, a relação direta com os aparelhos privados de hegemonia seria um dos principais mecanismos para o fortalecimento do Estado capitalista e os intelectuais orgânicos maranhenses, ou seja, uma dinâmica próxima de alguns pontos do “Maranhão Novo” e as novas proposições do neoliberalismo na política do “Novo Tempo”.

Organograma 7. Trajetória Política de Roseana Sarney



Fonte: Tribunal Regional do Maranhão. Elaboração Própria.

Em tese, para Ilse Silva (2013), Roseana Sarney representou a reconstrução dos laços de poder do grupo dominante, ligado aos antigos paradigmas do “Maranhão Novo” de José Sarney. Assim como o seu pai, o seu discurso e plano de governo defendia as bandeiras da modernização, da geração de emprego e do desenvolvimento político e econômico do

Maranhão. Além disso, Roseana Sarney priorizou o eixo cultural, sobretudo a cultura popular. Porém, abriu portas ao avanço do neoliberalismo no Maranhão.

Na educação, com os princípios neoliberais, abriu espaço para o avanço das escolas privadas, construindo a ideia de eficiência e produtividade do governo em “parceria” com os aparatos privados.

É interessante observar que alguns objetivos dos programas de Roseana são uma continuação dos de José Sarney, como citado anteriormente, demonstrando que as práticas políticas se perpetuaram de pai para filha, mesmo que em alguns aspectos acabam se divergindo, simplesmente pelo tempo decorrente de ambos. Dessa forma, pode-se concluir que os planos implementados entre as décadas de 1960 e 1990, e posterior a esse período, mais se aproximam do que se afastam, refletindo, assim, a hegemonia e permanência do Sarneísmo.

Imagem 5. Roseana Sarney



Fonte: Roseana Sarney governadora do Maranhão. Disponível em: <http://netocruz.blog.br/2018/03/08/roseana-sarney-sera-homenageada-nesta-quinta-feira-em-santa-ines-pela-passage-do-dia-internacional-da-mulher/roseana-sarney-governadora-maranhao-1994/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

Quem é Roseana Sarney?

Roseana Macieira Sarney nasceu em São Luís no dia 1º de junho de 1953, filha de José Sarney e de Marli Macieira Sarney. Formou-se em ciências sociais e políticas na Universidade de Brasília (UnB), no Distrito Federal, em 1978. Durante o mandato presidencial de seu pai, Roseana tornou-se assessora parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República, atividade que contribuiu para o esvaziamento do poder do ministro-chefe do Gabinete, José Hugo Castelo Branco, indicado por Tancredo Neves. Permaneceu nessa função até 1989, passando pelas gestões dos ministros Marco Maciel e Ronaldo Costa Couto. No dia 15 de novembro, num pleito agitado, cuja segurança foi garantida por tropas federais, e após uma disputa acirrada, Roseana elegeu-se governadora com 753.901 votos (50,6%), contra 735.841 (49,4%) de Cafeteira. Dessa forma, tornou-se a primeira mulher no país a ocupar a chefia do Poder Executivo estadual. **Fonte:** CPDOC/FGV. Verbete Roseana Sarney.

Capítulo 3. Sugestões pedagógicas em sala de aula: o Ensino de História do Maranhão no ensino básico

A educação é fundamental nas dinâmicas de construção de cidadania, respeito aos direitos humanos e aprendizado nas trocas de conhecimento e experiências entre professor-aluno-escola. Essa tríade é importante em toda perspectiva escolar, devido às diversas mudanças no meio social, como também na individualidade da comunidade escolar. Um dos principais questionamentos em torno do meio educacional é até que ponto o ensino influencia os jovens em seu crescimento pessoal e profissional e nas críticas políticas no que tange aos acontecimentos em torno das relações na sociedade civil.

A educação como fator de desenvolvimento social é uma das principais discussões em torno da estruturação do ensino para as classes sociais. Assim, a universalização da educação se constitui como tema central de debate entre os especialistas na área além de ser uma das principais bases para as promulgações das leis.

A dinâmica capitalista e as ações do Estado inibem os procedimentos que incentivam para as diversas possibilidades de práticas de ensino e sistematização metodológica. Sem a reflexão necessária para a inserção em sala de aula, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa o movimento de ações e interesses da classe dominante em defesa de seu projeto educacional, sendo o principal alvo a educação nas escolas públicas de ensino básico.

3.1 As novas proposições educacionais: a BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense em foco

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo em que define os novos parâmetros educacionais do ensino básico na atualidade. Sobre o caráter normativo da BNCC,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como o define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva,

como ferramenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação (DCN) (BRASIL, 2018, p. 07).

A orientação está direcionada às competências que o aluno deve alcançar e às aprendizagens consideradas essenciais, ou seja, o *modus operandi* conectado ao mundo do trabalho, além de deixar de lado as reflexões sobre a sociedade, sendo uma característica central das Ciências Humanas.

Para a BNCC, o aluno deve assimilar um olhar inovador e inclusivo, elencando pontos com as prerrogativas em torno das competências, devido ao processo conteudista ser intenso, mas permitindo uma ampliação nas demandas de discussões críticas e os processos inseridos no Ensino de História, presentes ou não nos livros didáticos. Nesse sentido, apesar do documento afirmar o protagonismo do estudante, quando destaca a necessidade de superação radical das disciplinas e a vida cotidiana dos indivíduos, contraria o processo de planejamento de vida profissional e pessoal dos alunos e exclui a participação do educador na prática escolar, ou seja, nas discussões sobre humanização e projetos futuros dos discentes. Assim,

Com a homologação da BNCC, as redes e escolas particulares terão diante de si a tarefa currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica. Embora a implementação seja prerrogativa dos sistemas e das redes de ensino, a dimensão e a complexidade da tarefa vão exigir que União, Estado, Distrito Federal e Municípios somem esforços. Nesse regime de colaboração, as responsabilidades dos entes federados serão diferentes e complementares, e a União continuará a exercer seu papel de coordenação do processo e de correção das desigualdades (BRASIL, 2018, pp. 20-21).

A BNCC destaca a elaboração de currículo em cada instituição. É pertinente destacar que cada estado federativo tem suas demandas no que se refere aos procedimentos de planos de ação educacional. No entanto, não estabelece um parâmetro comum de como deve ser realizado o processo de aprendizagem no ensino básico. Segundo Rachel Souza (2018), “o que o documento não discute e nem aprofunda é a fundamentação sobre o processo de aprendizagem e os objetivos “essenciais”” (SOUZA, 2018, p. 74).

Além disso, a percepção dos pesquisadores são as contradições que o documento estabelece, por exemplo, a divisão da educação básica em Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No entanto, a principal crítica está diretamente ligada ao Ensino Médio, sobretudo, na área das Ciências Humanas e Sociais.

As dinâmicas das políticas educacionais no Brasil serão sempre um fator significativo para a produção de documentos oficiais. Nesse caso, a BNCC se torna hegemônica a partir da

ação do poder político (estruturas e grupos empresariais dominantes) e atuação direta na construção dos currículos educacionais brasileiros. O que antes poderia ser um ponto facilitador no ensino básico, torna-se um problema para os docentes, em especial, aos profissionais das Ciências Humanas e Sociais.

O Parâmetro Curricular Nacional (PCN) – História (2006) apresenta as formas de ensino e aprendizagem ao aluno, oportunizando a contribuição frente a potencialidade cognitiva e transformadora do discente, ou seja, perspectivas de avanços em relação aos pareceres conteudistas e às críticas. Significa dizer que os elementos trabalhados em sala de aula devem ser intercalados aos processos em torno às práticas sociais dos alunos, proporcionando relações entre passado e presente, gerando, assim, senso crítico, abstração e compreensão dos assuntos trabalhados.

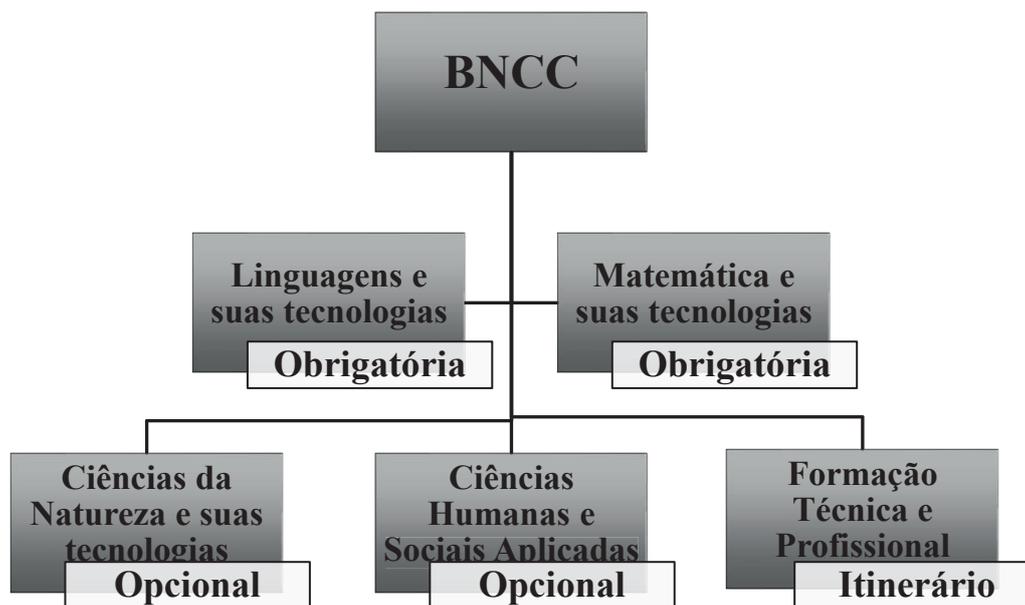
Dessa forma, a BNCC destaca esses pontos, mas não clarifica de que maneira esses processos serão discutidos em sala de aula, sobretudo, no que tange às Ciências Humanas no ensino básico. Para uma visualização estrutural de como a BNCC organiza o ensino básico, veja os organogramas a seguir. Na estrutura geral da educação básica (Ensino Fundamental e Médio), formulado pela BNCC, temos:

Organograma 8. Competências Gerais da Educação Básica – Ensino Fundamental



Fonte: BNCC – Versão Final (2018). Elaboração Própria.

Organograma 9. Competências Gerais da Educação Básica – Ensino Médio



Fonte: BNCC – Versão Final (2018). Elaboração Própria.

O Ensino Fundamental é contemplado pelas disciplinas “isoladas”. Cada área vai debater e apresentar, além do conteúdo em si, as primeiras indagações aos alunos sobre as diversas temáticas a serem abordadas em sala de aula. O desafio principal dos professores é a metodologia que se deve adotar, haja vista que as séries são importantes para o desenvolvimento de atividades que possibilitem um primeiro contato dos discentes com um pensamento mais crítico.

Já o Ensino Médio se configura como instância de debates mais profundos em relação ao Ensino Fundamental. Segundo a BNCC, afóra além do ensino e aprendizagem nas áreas educacionais voltadas ao processo de acesso ao Ensino Superior, nas escolas públicas, a principal bandeira é a educação profissional.

É importante discutir, também, acerca do ensino nas regiões brasileiras, no que tange à História não mencionada nos livros didáticos adotados nas escolas públicas, sobretudo, no caso deste livro, nas maranhenses. Aqui é necessária uma abordagem sobre a **História Local**, além da perspectiva da BNCC frente a tais discussões, pois é primordial que os alunos conheçam sua História Local e tenham uma percepção de

Pensando um pouco mais...

A BNCC prevê o conhecimento do aluno aos temas ligados à História Local. Segundo Maria Aparecida Toledo (2010), a História Local é entendida como uma movimentação da localidade de uma determinada população em que há grupos sociais comuns e entendem a construção do conhecimento de seu passado, além da valorização de sua memória local. A autora afirma que a História Local rompe perspectivas da História Tradicional tratada nos livros didáticos, além de superar a qualidade do saber histórico trabalhado em sala de aula (TOLEDO, 2010, p. 745).

pertencimento a tais dinâmicas presentes em sua realidade próxima.

Nesse aspecto, o Governo do Estado do Maranhão, representado pela Secretaria de Educação – SEDUC/MA, com as novas prerrogativas da BNCC, elabora um plano educacional curricular sobre o território maranhense, a princípio direcionado para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, que tem como premissa a apresentação dos aspectos históricos e sociais sobre o Maranhão. Segundo o Documento Curricular Maranhense,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2017, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, advém de um forte processo de discussão e colaboração com os diferentes sujeitos que fazem a educação brasileira. A mesma visa orientar os entes federados na elaboração de suas propostas curriculares, cujo foco deve estar alicerçado nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Para a construção do Documento Curricular do Território Maranhense, foi realizada ampla mobilização das redes de ensino por meio de ação colaborativa entre a Secretaria da Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Maranhão (UNDIME-MA), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Maranhão (UNCME-MA) e o Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA), em que profissionais da educação e da sociedade civil tiveram a oportunidade de apresentar valiosas contribuições ao documento por via de consultas públicas presenciais e plataforma on-line. Houve uma preocupação em dialogar com as diferentes regiões do território maranhense, a fim de considerar a contextualização das aprendizagens, observando as características geográficas, demográficas, econômicas e socioculturais do estado, bem como temas integradores que se relacionam com a vida humana em escala local, regional e global, definidos na BNCC. Dessa forma, buscou-se respeitar e valorizar a autonomia pedagógica, a identidade e a diversidade de cada localidade, sem subtrair ao educador um documento balizador de suas práticas pedagógicas (MARANHÃO, 2019, p. 05).

Diante disso, esse documento curricular maranhense servirá como base para a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) nas escolas públicas e privadas para suprir as necessidades no ensino-aprendizagem nas salas de aula do Maranhão, além da importância do conhecimento de sua própria história política, econômica e social.

Até o momento, o foco tem sido no Ensino Fundamental, haja vista a obrigatoriedade da História em sala de aula; ao contrário do Ensino Médio que o ensino das Ciências Humanas e Sociais é opcional e, por isso, as estratégias metodológicas deverão ser outras e elaboradas pelos docentes responsáveis.

Os governos estaduais e as legislações nacionais deverão estar sintonizados na elaboração, aplicação e ensino-aprendizagem dos alunos em sala de aula, como também a implementação de mecanismos que contemplem a História Geral do Brasil e a História Local, utilizando metodologias nas ações educacionais em sala de aula.

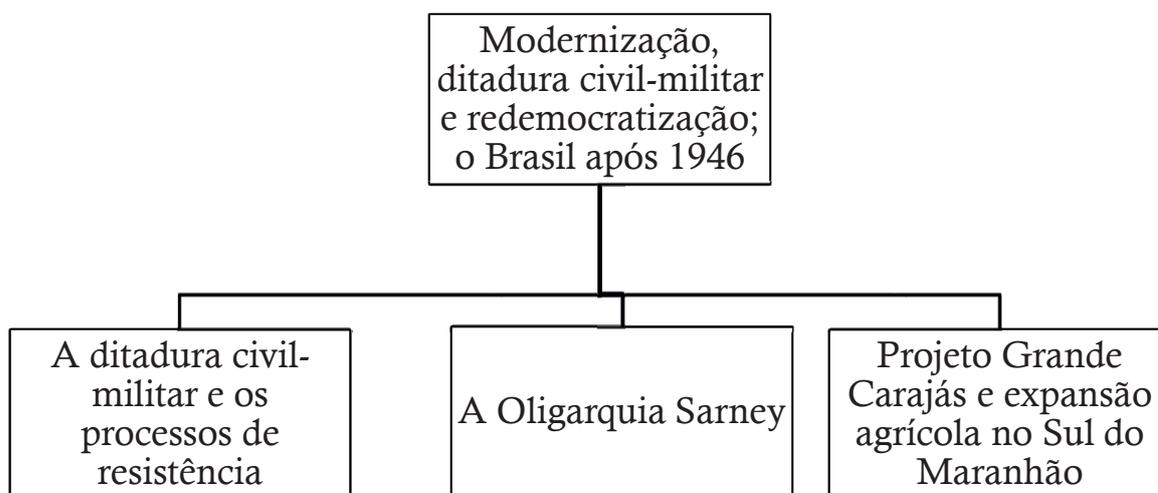
3.2 Procedimentos metodológicos nas aulas de História do Maranhão em sala de aula

Os procedimentos metodológicos são essenciais para uma boa interação nos temas abordados em sala de aula, sobretudo aos conteúdos não explorados nos livros didáticos trabalhados nas atividades de História. É interessante mencionar que são **sugestões** para a organização da aula, ficando a critério do professor e da professora de inserir na dinâmica da aula.

Vamos lá!

Tomando por base as novas proposições dos documentos educacionais, percebe-se a chamada para a abordagem de novos mecanismos em sala de aula, principalmente relacionados à História Local, no caso desta abordagem, a História do Maranhão, com ênfase à Oligarquia Sarneísta. Em primeiro momento, é necessário revisar acerca das temáticas apresentadas pelo Organizador Curricular presente no Documento Curricular do Território Maranhense.

Organograma 10. Unidades Temáticas



Fonte: Documento Curricular do Território Maranhense, 2019, pp. 457-458. Elaboração Própria.

A partir das Unidades Temáticas, a organização da aula dialoga com o livro didático e os materiais extras na abordagem da História maranhense. Então, quais as primeiras sugestões para as discussões dos temas em sala de aula?

1. Debate e crítica;
2. Apresentação de outros materiais para além do livro didático.

Na apresentação de materiais extras, pode-se sugerir algumas metodologias interessantes, como: Documentários, Fontes e outros. Vejamos como pode ser enriquecedor a utilização em sala de aula e o procedimento metodológico discutido por especialistas do ensino.

3.2.1 Documentários

Um dos principais recursos didáticos usados nas salas de aula, é o visual, sobretudo o cinematográfico. É interessante a utilização por exercer uma função de divertimento e crítica. No caso das aulas de História, funciona como uma nova abordagem, além de propiciar uma ampliação da História para outras perspectivas. Kátia Abud (2013) destaca que a construção do conhecimento histórico a partir de produção fílmica traz uma nova ampliação para as discussões nos processos históricos, pois possibilita a visualização dos acontecimentos no decorrer da História, mesmo que nas produções cinematográficas fictícias sejam diferentes dos documentários, ou seja, pontos de vista diferentes na abordagem e direção.

As mídias são mecanismos didáticos interessantes na prática do ensino por, muitas vezes, prender a atenção do aluno. No caso dos documentários, é um gênero pouco conhecido pelos alunos e menos explorado pelos docentes. Como utilizar nas aulas de História?

1. **Apresentar o contexto histórico presente do documentário:** em breves palavras apresentar o contexto histórico em que a produção está inserida e a proposta do diretor na sua elaboração;
2. **Documentário curto:** mais precisamente um curta-metragem, possibilitando um espaço para debate posterior e não dispersar os alunos;
3. **Oportunizar a mentalidade crítica dos alunos:** no item anterior falou-se do debate, logo a abertura no espaço para discussão é interessante para um bom aproveitamento da temática abordada.

Para a História do Maranhão, especificamente a temática da Oligarquia Sarneísta, as sugestões de documentários são: “**Maranhão 66**” de Glauber Rocha e “**O Milagre do Maranhão**” de Isaac Rosenberg.

- Síntese do documentário “**Maranhão 66**”: Dirigido por Glauber Rocha em 1966 tratará do discurso de posse de José Sarney, em 1966, ao governo do Estado do Maranhão, trazendo o contraponto ao discurso proferido pelo governador recém-eleito Sarney e as imagens das mazelas do estado. Filmado por Glauber Rocha, traz uma crítica do contraponto entre a fala do progresso proferida por Sarney e do outro lado as misérias presentes no Maranhão. Disponível na plataforma digital YOUTUBE, é um mecanismo

interessante para as primeiras discussões sobre os primórdios e o princípio de hegemonia da família Sarney na política maranhense, o que é o alicerce para gerar, posteriormente, o surgimento de uma oligarquia que duraria mais de 50 anos.

Link de acesso *online*: <https://www.youtube.com/watch?v=t0JJPFruhAA>

Disponibilizado via DVD ROM nesse material.

Duração do documentário: 10 min.

- Síntese do documentário **“O Milagre do Maranhão”**: Dirigido por Isaac Rosenberg em 1970, destaca o discurso da hegemonia do poder de José Sarney no período do governo estadual no Maranhão (1966-1970), apresentando o progresso e o desenvolvimentismo no Maranhão e tratando da política econômica do Milagre Maranhense. A ideia governamental de José Sarney e equipe era apresentar um Estado consolidado e a hegemonia do progresso. Disponível na plataforma digital YOUTUBE, discute sobre os projetos econômicos presentes no Maranhão durante a primeira fase da Oligarquia Sarneísta.

Link de acesso *online*: https://www.youtube.com/watch?v=Fw8MgSXds_c

Disponibilizado via DVD ROM nesse material.

Duração do documentário: 10 min.

SUGESTÕES PARA DISCUSSÃO

Chamar atenção dos alunos para o discurso de José Sarney e as imagens mostradas. Discutir o processo de apoio político a José Sarney e o projeto “Maranhão Novo”, além de destacar perspectivas políticas no cenário nacional.

Gerar debate sobre a economia maranhense via desenvolvimentismo, chamando a atenção dos alunos para os empreendimentos ainda presentes na atualidade, como o Carajás, Ponte e outros. Oportunizando às ações econômicas maranhense na dinâmica de construção política e econômica em consonância ao cenário nacional.

Em grupos, debater sobre a representatividade dos documentários para o entendimento da História do Maranhão, criticando às ações da Oligarquia Sarneísta e os impactos até os dias atuais.

3.2.2 Fontes

O uso das fontes no ensino de História é um mecanismo interessante para o estímulo no ensino e aprendizado do aluno. Além disso, as fontes são bem-vistas no ponto de vista metodológico, uma vez que é um recurso paralelo ao livro didático e ao mesmo tempo um processo dinâmico e inclusivo em sala de aula.

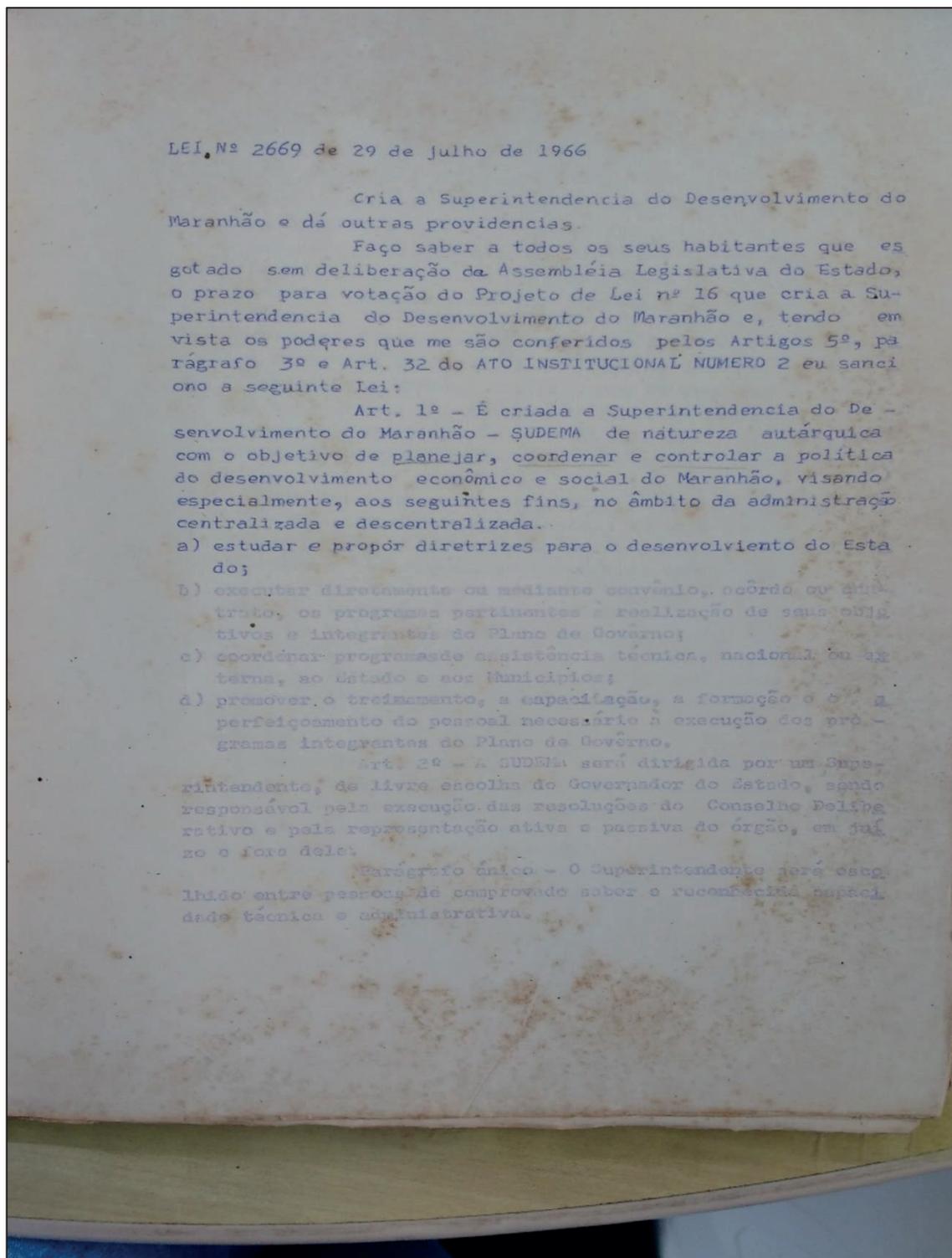
Uma das principais características de aproximação das fontes e do ensino de história, é a possibilidade de apresentar e discutir os conceitos e os processos histórico sob um ponto de vista, possibilitando a aproximação do cotidiano do aluno. Nesse sentido, a assimilação do conhecimento em História e a formalização do pensamento crítico pode ser umas das principais estratégias para um desempenho satisfatório em sala de aula, trazendo novas abordagens e linguagens no ensino e aprendizado.

Existem diferentes fontes para o estudo histórico: jornais, documentos oficiais, cultura material e imaterial, oralidade e outros. Segundo Circe Bittencourt (2011), o conhecimento histórico não limita apenas entre mostrar o fato e o espaço em que está inserido, mas apresentar uma série de possíveis fatores que levaram a tal acontecimento e, por isso, a importância dos documentos no processo de aprendizagem. As principais fontes que podem ser utilizadas em sala de aula.

1. **Documentos Oficiais:** Autarquias Maranhenses, Legislação e outros;
2. **Jornais:** O Imparcial e O Dia e outros.

Agora, como pode-se utilizar tais mecanismos em sala de aula? A primeira resposta é apresentar aos alunos o que são e para que serve. Segundo Rafael Ruiz (2012), o processo de conhecimento é uma grande aventura, apesar de haver muitos desafios na elaboração da aula e o tempo permitido para tal atividade. Vamos simplificar:

- a) **Apresentação do documento:**

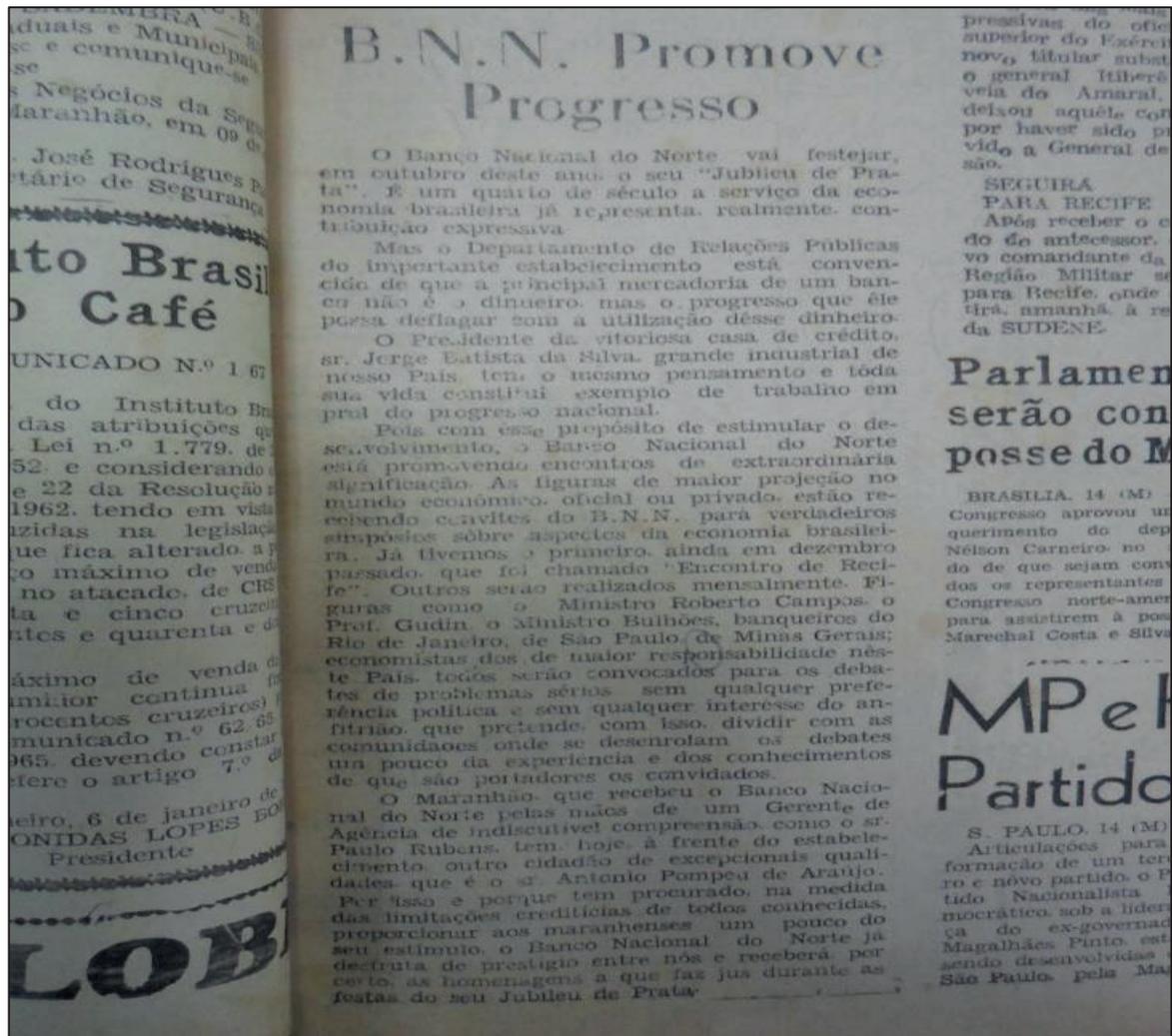
Imagem 6. Legislação SUDEMA

Fonte: Legislação SUDEMA (1966).

Imagem 7. Jornal O Dia



Fonte: Jornal O Dia, 26/06/1966.

Imagem 8. Jornal *O Imparcial*

Fonte: Jornal *O Imparcial*, 15/01/1967.

b) Problematização do documento:

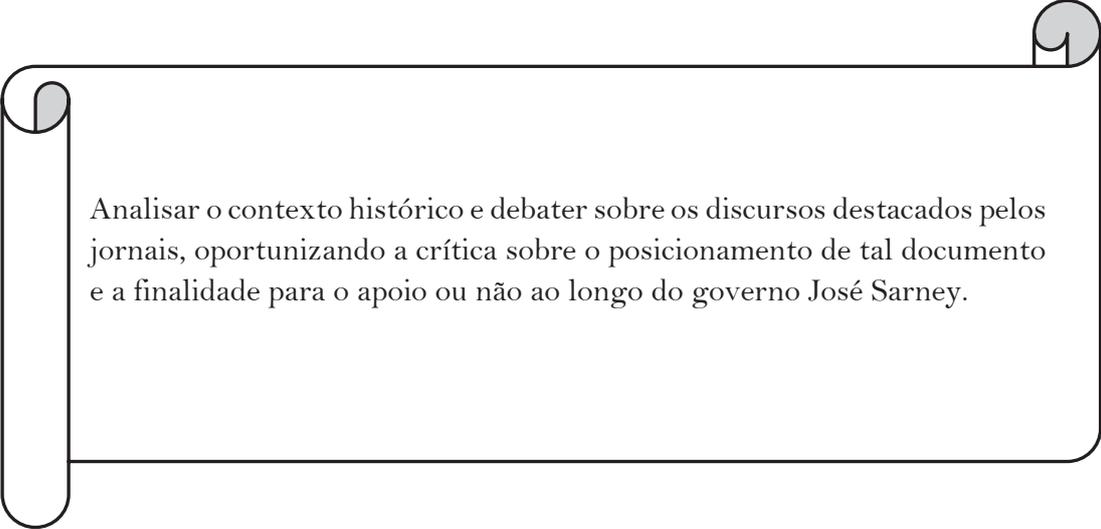
Sabe-se que o documento foi escrito para uma finalidade, exaltando ou criticando um determinado alvo. Nesse sentido, é importante deixar bem claro que o documento apresentado, qualquer espécie que seja, não é uma verdade absoluta e, sim, um ponto de vista que deve ser analisado e estudado. Segundo Flávia Caimi (2008), a utilização das fontes históricas em sala de aula consiste na possibilidade de potencializar as aulas numa perspectiva de instrumentalizar o conhecimento histórico, além de contemplar as proposições destacadas pelos documentos educacionais.

Além disso, é importante estar atento em elencar as discussões do fato histórico, presente no livro didático, com a fonte histórica, ou seja, permitir que as aulas abstratas de

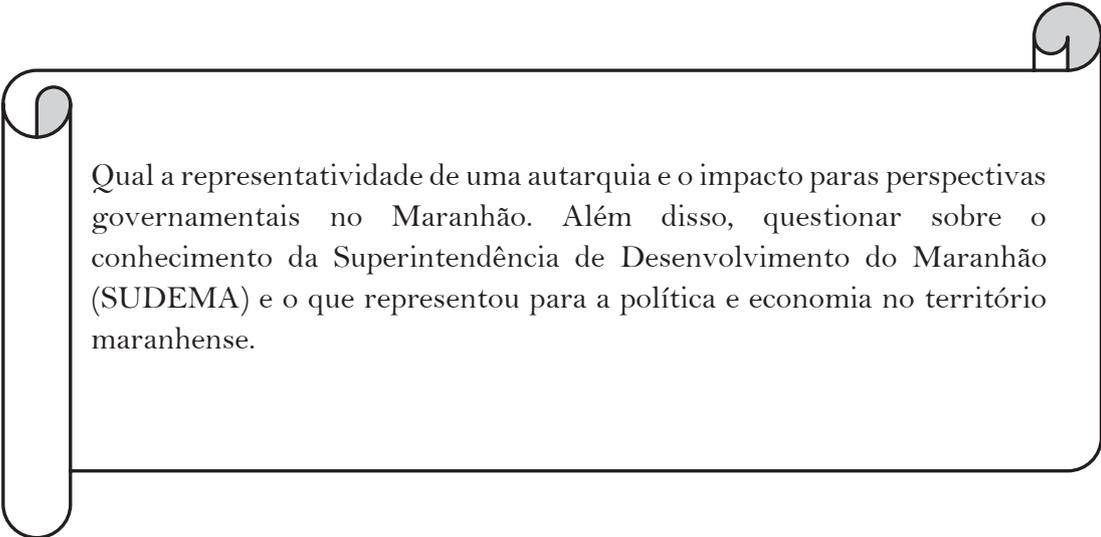
História se tornem mais dinâmicas e fluidas, como também despertar o interesse dos alunos no ensino de história.

Contudo, é imprescindível situar o documento nos seguintes passos: 1) contexto histórico; 2) importância para o entendimento do conteúdo trabalhado; 3) não é verdade absoluta; 4) qual o posicionamento de tal documento e 5) proporcionar debates críticos e instigar a curiosidade nos alunos.

c) Sugestões para discussão:

A decorative scroll box with a light gray background and a black border. The top and bottom edges are rounded, and the left and right sides have a slight inward curve, resembling a scroll. The text is centered within the box.

Analisar o contexto histórico e debater sobre os discursos destacados pelos jornais, oportunizando a crítica sobre o posicionamento de tal documento e a finalidade para o apoio ou não ao longo do governo José Sarney.

A decorative scroll box with a light gray background and a black border. The top and bottom edges are rounded, and the left and right sides have a slight inward curve, resembling a scroll. The text is centered within the box.

Qual a representatividade de uma autarquia e o impacto para as perspectivas governamentais no Maranhão. Além disso, questionar sobre o conhecimento da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) e o que representou para a política e economia no território maranhense.

3.2.3 Sugestões de leitura

- ✓ Site do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – NUPEHIC. Link de acesso: <http://nupehic.net.br/>

Nesse site, encontra-se diversas publicações sobre a História Contemporânea, incluindo o Maranhão. De teses de doutorado à artigos publicados em anais de eventos.

- ✓ ASSELIN, Victor. **Grilagem:** corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.
- ✓ BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e Oposicionistas.** São Luís: Lithograf, 2001.
- ✓ BUZAR, Benedito. **O vitorinismo:** lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. 5 ed., ver. e ilus. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- ✓ COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte:** decadência, violência e tradição em terras do Maranhão. Campinas, SP: Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 2001.
- ✓ DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- ✓ DÓRIA, Palmério. **Honoráveis Bandidos:** um retrato do Brasil na era Sarney. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- ✓ FREIRE, Victorino. **A Laje da Raposa.** Rio de Janeiro: Guavira Editores Ltda, 1978.
- ✓ GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma Rainha de Espada:** reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. Tese de Doutorado, PPGPP – UFMA: São Luís, 2006.
- ✓ Coletânea organizada pela Prof^a. Dr^a. Monica Piccolo. **Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo:** rupturas e continuidades. São Luís: Editora UEMA, 2016.
- ✓ Coletânea organizada pela Prof^a. Dr^a. Monica Piccolo e pela Ma. Mariana da Sulidade. **Maranhão Republicano em foco:** Estado, Imprensa e Historiografia. São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015.
- ✓ GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas,** São Luís, UFMA, vol. 11, nº 1, janeiro-junho de 2007, pp. 1-21.
- ✓ PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo:** política e educação no Maranhão. Tese (mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro: Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1982.

Referências Bibliográficas

1) Documentos Oficiais

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas tecnologias.** Secretaria de Educação Básica, vol. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 2 ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão Final. Ministério da Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

MARANHÃO. **Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA,** São Luís, 29 de Julho de 1966.

MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Itaqui.** 2 ed. São Luís: Governo do Maranhão; EMPAP, 2012.

MARANHÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.** 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

“O Novo Maranhão”. **O Dia,** 11/06/1966.

2) Obras Gerais

ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. **Educar em Revista,** Curitiba, Brasil, n. 42, out.-dez., 2011, Editora UFPR, pp. 163-171.

_____. A construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. **História,** São Paulo, 22 (1): 183-193, 2003.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás.** Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.

BARBOSA, Zulene Muniz. As temporalidades da Política no Maranhão. **Lutas Sociais,** 2003, pp. 19-25.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e Oposicionistas.** São Luís: Lithograf, 2001.

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Campinas, SP: Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 2001.

_____. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA, 1997.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis Bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação do Ensino de História. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, UFMA, vol. 11, nº 1, janeiro-junho de 2007, pp. 1-21.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma Rainha de Espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico**. Tese de Doutorado, PPGPP – UFMA: São Luís, 2006.

_____. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás Na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995.

MENDES, Raíssa Caroline Macau. O Maranhão em Tempos de Milagre: política desenvolvimentista no governo Sarney (1966-1970). IN: PICCOLO, Monica (org.). **Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo: rupturas e continuidades**. São Luís: Editora UEMA, 2016.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Cascavel, **Espaço Plural**, ano XIII, n. 27, 2º sem., 2012, pp. 39-53.

PEREIRA, Robson Raimundo Silva. **Maranhão crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970)**. São Paulo: UFSCAR, 2008.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão.** Tese (mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro: Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1982.

RUIZ, Rafael. Novas formas de abordar o ensinar de História. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O projeto Grande Carajás – PGC – e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz. **Anais do II Seminário de Pesquisa do Pós-Graduação em História UFG/UCG**, 14 a 16 de Setembro de 2009, Praça Universitária – Área II – UCG, Goiânia/Goiás.

SILVA, Ilse Gomes. Política e Ideologia no Maranhão: do Maranhão Novo ao Novo Tempo. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação**, 20 a 23 de agosto de 2013, Cidade Universitária da UFMA, São Luís – Maranhão – Brasil.

SILVA, Aichely Rodrigues; CUNHA, Valdeir Vieira. A luta pela terra do Maranhão: caso do Bico do Papagaio. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. “Territórios em Disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”.** Uberlândia – MG, 15 a 19 de outubro de 2012, Universidade Federal de Uberlândia – UFU – Campus Santa Mônica.

SOUZA, Rachel Freire Torrez de. Os efeitos da BNCC na formação docente. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 1, pp. 69-79, 2018.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, vol. 3, n.6, jul./dez. de 2010, pp. 743-758.

GLOSSÁRIO

Aparelhos Privados de Hegemonia: Conceito elaborado pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. São entidades voltadas para disseminação de ideias que serão essenciais para obtenção da hegemonia e são responsáveis pelo consenso em torno de um projeto que pode vir a ser hegemônico. Exemplos de aparelhos privados de hegemonia: Imprensa (TV, rádio, jornal), Escola, Igreja...

Autarquia: Pode ser uma entidade autônoma na administração pública, em que exerce o poder de auxílio, centralização e descentralização, mas é fiscalizada e tutelada pelo Estado. A principal finalidade é a execução de serviços de interesses do poderio estatal.

Desenvolvimentismo: Política econômica com obtenção para a meta de crescimento nos setores econômicos e com participação maciça do Estado.

Ditadura Civil-Militar: Corrente historiográfica que defende o Golpe e Ditadura articulada pelos setores civis e os militares.

Ditadura Empresarial-Militar: Corrente historiográfica revisionista, cunho marxista, em que defende o Golpe e Ditadura articulado pelos civis, representado pela cúpula do empresariado brasileiro, e a alta cúpula dos militares. Dinâmica estudada pelo historiador uruguaio René Dreifuss na obra empírica “1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”.

Hegemonia: É a supremacia de um determinado governo ou outra forma de ação para gerar soberania ou superioridade. Para Antonio Gramsci, são os interesses e as tendências dos grupos para o exercício de uma atividade decisiva.

Intelectuais Orgânicos: Para Antonio Gramsci, podem ou não colaborar na elaboração do projeto que pode vir a ser hegemônico, no entanto seu principal objetivo é a nacionalização de um determinado projeto, além de serem ligados aos campos ideológicos.

Leis de Terras de 1969 ou Lei de Terras Sarney: Lei nº 2.979, aprovada em 17 de Julho de 1969, e regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de Novembro de 1969. Promoveu subsídios para a consolidação do latifúndio no Maranhão.

“Maranhão Novo”: Política de governo na administração de José Sarney que consistia a mudança nos setores administrativos, políticos e econômicos no Maranhão.

“Milagre Maranhense”: Política de cunho econômico e infraestrutural, interligado ao “Maranhão Novo”, que visava a ampliação de investimentos nacionais e estrangeiros, abrindo para o capital multinacional. Além disso, teve grande importância na implantação de projetos no Maranhão, como também abertura aos paradigmas de administração política atuante em diversos setores organizativos maranhenses.

“Novo Tempo”: Política do governo Roseana Sarney que visava uma administração moderna e eficiente em parceria com as políticas neoliberais. Em tese, é uma continuação da política do “Maranhão Novo” na década de 1990.

Oligarquia: É um fenômeno presente em governos em que a organização política é estabelecida por poucos e por setores específicos: político e privado, além da permanência de famílias e grupos governamentais por um período considerável na administração política e econômica.

Oposições Coligadas: Movimento político opositor ao Vitorinismo, com discursos para uma nova concepção na estrutura política e administrativa no Maranhão.

Sarneísmo: Movimento político com caráter coronelista e perspectivas oligárquicas em que o principal discurso é a modernização e avanço do Maranhão, mas com aparatos políticos ligados ao autoritarismo e as dinâmicas do governo federal. A principal assertiva é o desenvolvimento nos setores da política, economia e administração no Maranhão e se sobressaindo a ele.

SUDEMA: Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão. José Sarney e equipe de planejamento criam uma Superintendência específica ao Maranhão, que recebia, administrava e repassava capital para os editais e projetos elaborados por determinada área.

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Investiu no Maranhão nos setores da industrialização, infraestrutura e, também, na agroindustrialização.

SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Investimentos nos setores agropecuário e agroindustrialização. Proporcionou a agroexportação, abrindo portas ao capital financeiro estrangeiro.

Vitorinismo: Foi um coronelismo por propender sempre a controlar o poder político por meio do exercício de um mandonismo sobre as formas superestruturais do sistema de poder do Estado.